

Universidade Federal do ABC

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS**

Coordenação

Profa. Dra. Ana Maria Dietrich

CECS (UFABC)

I. JUSTIFICATIVA

Acreditamos, na linha do PNEDH/ 2003 que “educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas”. Formar cidadãos que incorporem os conceitos de Direitos Humanos no ambiente escolar é algo imensamente prioritário, pois a escola é um espaço de sociabilização e formação, que potencializa o encontro das diversidades, da aprendizagem e da construção. Esse pensamento vai de encontro à concepção contemporânea dos Direitos Humanos que promove um diálogo entre esses e os “conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência” (Ibid).

Os marcos legais desse curso serão: Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3, 2010) - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2006 - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2003 - Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) - Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001) - Congresso de Viena (1993) - Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) - Resolução Nº 15, de 8 de Abril de 2009 - Constituição Federal de 1988 - artigos 1º, 3º, 5º, 205 e 227 - Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 - Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 - Lei Nº 11.525, de 25 de setembro de 2007 - Decreto Nº 5.390, de 8 de março de 2005 - Decreto Nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 – Decreto Nº 6.170, de 25 de julho de 2007 - Portaria Interministerial Nº 127, de 30 de maio de 2008 - Decreto 6347/2008 - Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Decreto 7053/2009 - Substitui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O projeto em questão articula-se com o Grupo de Pesquisa do CNPQ certificado pela UFABC, Laboratório de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade, cuja líder é Ana Maria Dietrich. Também vincula-se ao Laboratório Memória dos Paladares, sediado na UFABC, campus de Santo André e que mantém o Centro de Documentação Plínio Zornoff Táboas, com a guarda de acervos relativos a documentação de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão coordenados pela docente e material documental produzido pelo Projeto Educação em Direitos Humanos UFABC, em vigência desde agosto de 2014.

Espera-se concretizar a formação de uma rede de multiplicadores do tema que incorpore os conceitos de Direitos Humanos no âmbito escolar e na sociedade em geral através de realizações de práticas pedagógicas e elaboração de materiais didáticos específicos de educação em direitos humanos, visando a redução de desigualdades educacionais e a

valorização do respeito à diferença.

O curso de especialização Educação em Direitos Humanos estabelece em suas ações a valorização de uma cultura de respeito à dignidade humana, por meio do incentivo e vivência dos valores fundamentais à humanidade, tais como a liberdade, a tolerância e a paz. Fomenta o questionamento e enfrentamento aos conflitos do cotidiano.

O investimento na educação e a promoção da cultura no meio social nortearam as práticas aplicadas com objetivo de se formar uma consciência crítica nos indivíduos alcançados, de modo a reconhecer a pluralidade humana e suas diversas manifestações em busca do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

A seguir estão listadas as principais metas a serem realizadas pelo curso de Educação em Direitos Humanos:

- Implementação do curso através de módulos na plataforma AVA, encontros presenciais, de vivência e elaboração do TCC.
- O curso é composto por 13 módulos, sendo os primeiro referentes a apresentação do ambiente ao AVA, do 2o. ao 12o. referente a conteúdos temáticos específicos de EDH e o 13º referente à produção do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC.
- O número de horas do curso é 400 horas, sendo 370 nos módulos e 30 horas dedicadas a elaboração do TCC .
- Os locais de realização, número de professores e de tutores, bem como o número de vagas serão definidos em cada oferta por meio de editais específicos.
- Voltado prioritariamente para a Formação Continuada de Professores da Rede Básica, porém, também aberto ao público em geral.
- Será realizada divulgação das ações do projeto por meio de redes sociais.
- Será estabelecida uma rede (networking) de educação em Direitos Humanos envolvendo outras universidades, instituições sociais, ONGs e secretarias.

II. OBJETIVOS

Implantar e ofertar um curso de Educação em Direitos Humanos que forneça subsídios para formar profissionais da educação básica e profissionais ligados às áreas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (mídia, educação não formal, justiça, segurança e interessados em geral na temática de EDH) e propor uma atuação pedagógica voltada à promoção, consolidação e difusão dos direitos humanos, com foco na promoção de práticas democráticas, na disseminação de conteúdo dos direitos humanos e na orientação de práticas de não discriminação.

O curso pretende fornecer subsídio para a realização de práticas pedagógicas voltadas à consecução da cultura dos direitos humanos no ambiente escolar além da sociedade em geral e elaboração materiais didáticos específicos de educação em direitos humanos.

III. PÚBLICO ALVO

Professores/as de Educação Básica; outros/as profissionais da educação e outros públicos interessados. Os cursistas deverão ter diploma de graduação registrado e reconhecido pelo Ministério da Educação .

IV. DESENVOLVIMENTO

IV.1. Metodologia

Haverá a construção do conhecimento a partir da articulação entre o conhecimento acumulado no âmbito acadêmico, pelos movimentos sociais e por educadores e educandos a partir de sua experiência.

A proposta didática do curso leva em conta os diferentes perfis de cursistas, tanto no que diz respeito à diversidade de funções entre trabalhadores da educação, como também aqueles profissionais das demais áreas que atuam na escola, na rede de proteção ou em movimentos sociais, pessoas com uma formação específica na área de Educação, Educação e Direitos Humanos e Direitos Humanos e interessados em geral.

Os cursistas serão orientados a realizar atividades pedagógicas práticas em seus espaços educacionais/ profissionais/ acadêmicos de atuação, preferencialmente, no desenvolvimento próprio de suas funções, investindo na articulação entre formação e trabalho. Estas atividades serão acompanhadas e avaliadas pela equipe do curso - à luz das diretrizes conceituais, legais e metodológicas da área de Educação em Direitos Humanos - sendo entendidas como laboratório de novas práticas pedagógicas e estratégia de consolidação e multiplicação dos conhecimentos.

As atividades de vivência são aquelas relacionadas à realidade profissional e acadêmica do cursista. Essas atividades podem ser realizadas também junto aos movimentos sociais e culturais ou ainda outros grupos da sociedade civil organizada que se proponham a

dialogar com o cursista para a elaboração das atividades do curso.

Caso o aluno não atinja 400 horas exigidas para certificação como “especialização”, ele poderá ter um certificado de curso de aperfeiçoamento a partir de 180 horas ou de extensão a partir de 30 horas. As demais condições para a obtenção dos certificados de aperfeiçoamento e extensão serão definidas a cada oferta. Essa medida tem como objetivo evitar a evasão, certificando o esforço mesmo daquele que não chegou até o final. Mostra-se como alternativa para que em outra oferta a pessoa tenha a oportunidade de concluir o curso abatendo o que já fez da carga horária total.

IV.2. Estrutura Curricular

Componentes Curriculares

Nosso objetivo pedagógico é que os cursistas possam, a cada módulo, adquirir um repertório básico sobre o que está sendo estudado ao longo de todo o curso, relacionem este repertório com sua realidade, pesquisas e vivências comunitárias, apresentando dúvidas, propostas e ideias que visem o aprofundamento das questões e temáticas abordadas nos módulos.

Pretende promover uma cultura de Direitos Humanos, por meio do debate transversal da temática no campo da Educação, observando sua historicidade, aspectos socioculturais e fundamentos filosóficos, problematizando a pertinência e inserção da temática nas discussões sobre o Projeto Político Pedagógico das escolas e produção de materiais didáticos. Além disso, tem suas implicações na construção do currículo escolar, entendido em sua forma mais ampla, envolvendo diferentes disciplinas escolares, conteúdos, metodologias, estrutura material, etc.

O primeiro módulo se refere ambientação ao AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) totalizando 10 horas. Será oferecido apenas no início do curso, antes dos demais módulos, sendo o único pré-requisito para os outros módulos.

Os módulos subsequentes, do 2º. ao 6º., têm como objetivo apresentar as principais discussões teóricas ligadas à Educação em Direitos Humanos, enquanto os módulos do 7º. ao 12º. serão voltados a discussões setorializadas dentro da mesma temática como direitos dos idosos, das pessoas portadoras de necessidades especiais, das mulheres, dos LGBTQs, da criança, adolescente e jovem, da diversidade religiosa, dos afrodescendentes e dos indígenas. O último módulo (13º.) corresponde ao Plano Educacional e a elaboração do TCC, totalizando 60 horas, 30 delas trabalhadas em forma de atividades da plataforma AVA e 30 dedicadas à elaboração do TCC.

Tal projeto teve como base os indicadores da SECADI¹ para formação continuada em Educação em Direitos Humanos.

Foi estruturado em treze módulos²:

MÓDULOS
Módulo I – Ensino aprendizagem do ambiente AVA (Ambiente virtual e aprendizagem) Carga horária - 10
Módulo II - Fundamentos Filosóficos e Históricos dos Direitos Humanos e a construção dos marcos regulatórios Carga horária total – 30
Módulo III - A Educação como construtora de uma cultura de Direitos Humanos Carga horária total – 30
Módulo IV - Direitos Humanos e o Projeto Político Pedagógico da escola Carga horária total – 30
Módulo V - Direitos Humanos e as Diversidades na Escola Carga horária total – 30
Módulo VI – Educação em Direitos Humanos e a violência no Campo Carga horária total – 30
Módulo VII - Educação em Direitos Humanos e Democracia Carga horária total – 30
Módulo VIII - Educação em Direitos Humanos e prática docente: identidade, currículo e inclusão escolar Carga horária total – 30
Módulo XIX - Educação em Direitos Humanos e História Pública Carga horária total – 30
Módulo X - Educação em Direitos Humanos e Desigualdade Social Carga horária total – 30
Módulo XI - A educação como direito humano Carga horária total – 30
Módulo XII - Direitos Humanos e Materiais Didáticos Carga horária total – 30
Módulo XIII - Plano de Ação Educacional e Trabalho de Conclusão de Curso Carga horária total – 60 (30 referentes à elaboração do TCC)

¹ Cf. citado em seu site. <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas?id=17452> Acesso em 6/12/2016.

² As ementas e bibliografia se encontram no anexo 1.

IV.3. Equipe de desenvolvimento

A equipe do curso será composta por profissionais das seguintes competências: coordenador, professores pesquisadores, supervisores e tutores. Seu número será definido de acordo com o número de vagas. Há a necessidade de um auxiliar administrativo e um estagiário para as atividades de secretaria.

IV.4. Avaliação

As médias de cada módulo serão realizadas por meio dos conceitos de A, B, C, D (aprovados), F (reprovação por nota) e O (reprovação por falta) de acordo com o Projeto Pedagógico da UFABC.

O aluno deverá obter o conceito mínimo de D para a aprovação em cada módulo cursado. O percentual de presença requerido será definido a cada oferta.

Para a aprovação no trabalho Final de Curso (TCC), o aluno deverá submetê-lo na plataforma e realizar uma defesa presencial do TCC.

Haverá também provas presenciais cuja frequência será definida a cada oferta.

V. CERTIFICAÇÃO

Para obtenção do Certificado do curso de pós-graduação lato sensu Especialização em Educação em Direitos Humanos, reconhecido pelo MEC, emitido pela Universidade Federal do ABC, o aluno deverá satisfazer todas as condições abaixo.

I - Totalizar 400 horas, com aprovação em cada um dos 13 módulos.

II - Ser aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso

Aos cursistas aprovados será fornecido certificado em nível de Especialização expedido pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do ABC.

Os cursistas que não alcançarem tal meta, mas cumprirem no mínimo 30 horas (equivalente a um módulo) será conferido um certificado de extensão. Aos cursistas que cumprirem carga horária acima de 180 horas, será conferido um certificado de Aperfeiçoamento em Direitos Humanos. Nos dois casos os critérios para a expedição dos certificados serão definidos para cada oferta.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de**

Direitos Humanos (PNDH – 3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – ver. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

NÚCLEO de Preservação da Memória Política. **Comissão da Verdade. Por quê? O que é? O que temos que fazer?** São Paulo: NPMP, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/cartilha.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CLAUDE, Richard Pierre. “Direito à Educação e Educação para os Direitos Humanos”. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a03v2n2.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

COMPARATO, Fábio Konder, "Fundamentos dos Direitos Humanos". In: **Revista Jurídica Consulex** - Ano IV, v. I, n. 48, 2001, p. 52-61.

COSTA, Danúbia Régia e RÊSES, Erlando da Silva. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, v.2, n.2. Maio 2015. Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/26>. Acesso em 17/02/2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. “Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente”, In: **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd, 2004, p. 183-213.

DI PIERRO, Maria Clara. **O direito à educação no Brasil: estrutura e legislação de ensino**. 2012. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1142>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL, Presidência da República, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18403>. Acesso em: 23/02/2017.

KERSTEN, I. M., **A Constituição do Brasil e os Direitos Humanos**. Rio Grande (RS): Âmbito Jurídico, v. 22, 2005, p. 339.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

NASCIMENTO, V.E.S.; SAES, M.S.M.; ZYLBERSZTAJN, D. “Direitos de propriedade, investimentos e conflitos de terra no Brasil: uma análise da experiência paranaense”. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: Editora Átomo, vol.48, n.3, 2010, p. 705-748.

OLIVEIRA, Ilze Arduini de Araújo; SILVA, Eliete Antônia. “Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar.” In: **V Simpósio Internacional: O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente**; Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos, vol. I e II**. Curitiba: Juruá, 2008.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Centros de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Coordenação de Educação em Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016. Disponível em: <http://portaledh.educapx.com/file/258297/diagramacao-final.pdf?tok=MjU4Mjk3>. Acesso em: 23/02/2017.

SILVA, Amanda de Oliveira e PRADO, Alessandro Martins. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. Mato Grosso do Sul: Anais do Sciencult, 2013.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Anotações sobre a história social dos direitos humanos**. São Paulo: PGE. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm>. Acesso em: 23/02/2017.

UNESCO, **Declaração Universal do Direitos Humanos**. Resolução 217 A (III) Assembléia Geral das Nações Unidas. Brasília, 1998.

VALE, Juseano Lopes. "Pluralidade cultural no contexto escolar." In: **Monografia apresentada ao Programa de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba**. Paraíba: Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014, p. 23 e 24.

ZIMERMAN, Artur. "Terra e conflitos na América Latina redemocratizada". In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**. João Pessoa: UFPB, 2016, p.152-188. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000300010. Acesso em: 22/02/2017.

ANEXOS

Anexo 1 - Conteúdos programáticos e Ementas

Módulo I - Ensino aprendizagem de ambiente AVA

- Apresentação da plataforma
- Ferramentas do AVA
- Atividades de familiarização com o ambiente AVA

Bibliografia

Núcleo de Tecnologias Educacionais – UFABC, **Materiais de Apoio**. Santo André (SP): NTE/UFABC, 2017. Disponível em <http://nte.ufabc.edu.br/cursos/tutoriais/>. Acesso em 23/02/2017.

Módulo II - Fundamentos Filosóficos e Históricos dos Direitos Humanos e a construção dos marcos regulatórios

- Conceitos centrais para a construção da cultura de Direitos Humanos.
- Contextualização histórica do processo de consolidação dos Direitos Humanos.
- Principais instrumentos regulatórios no âmbito nacional e internacional.

Bibliografia

COMPARATO, Fábio Konder, "Fundamentos dos Direitos Humanos". In: **Revista Jurídica Consulex** - Ano IV, v. I, n. 48, 2001, p. 52-61.

FISCHMANN, Roseli. "Constituição brasileira, direitos humanos e educação". In: **Revista Brasileira de Educação**, vol.14, n.40. Rio de Janeiro: ANPEd, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100013. Acesso em: 23/02/2017.

POSSAS, Mariana Thorstensen, **Quinto Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: NEV, 2012.

SALA, José B.. Sistemas de Proteção Internacional dos Direitos. In: Artur Zimmerman; Ana Maria Dietrich (Org.), **Novas abordagens de políticas públicas no Brasil**. 1ed. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2012, p. 15-36.

SILVA, Amanda de Oliveira e PRADO, Alessandro Martins. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. Mato Grosso do Sul: Anais do Sciencult, 2013.

Módulo III - A Educação como construtora de uma cultura de Direitos Humanos

- Concepções de educação e a possibilidade da difusão, promoção e garantia dos direitos

humanos.

- Reflexões éticas sobre direitos humanos no contexto da pós-modernidade, análise decisões ético-políticas.

- Reflexão sobre os saberes, as práticas educativas e as metodologias para a ação docente no campo dos Direitos Humanos.

Bibliografia

CLAUDE, Richard Pierre. "Direito à Educação e Educação para os Direitos Humanos". **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a03v2n2.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

COSTA, Danúbia Régia e RÊSES, Erlando da Silva. A política pública de Educação em Direitos Humanos e formação de professores. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, v.2, n.2. Maio 2015. Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/26>. Acesso em 17/02/2017.

MEDRADO, Aline S. Leite e LIMA, Ricardo B. Interdisciplinaridade como necessidade de articulação dos conhecimentos no campo dos Direitos Humanos. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, v.2, n.2. Maio 2015. Disponível em: <http://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/27>. Acesso em 17/02/2017.

RODRIGUES, Gilberto M. Antonio. Sugestões especiais para o nível básico. **Manual de Educación en Derechos Humanos**. Niveles Primario y Secundario, San Jose, Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos/IIDH-UNESCO, 1999, p. 158- 159.

Módulo IV - Direitos Humanos e o Projeto Político Pedagógico da escola

- Democracia, Direitos Humanos e comunidade escolar: princípios norteadores de um planejamento dialógico. A experiência do Regime Militar no Brasil e a formação da Comissão Nacional da Verdade.

- A gestão democrática da escola e as experiências de produção coletiva.

- Implicações dos temas e práticas de Direitos Humanos e a construção do projeto político pedagógico.

Bibliografia

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito a Memória e a Verdade: Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009. Disponível em: http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/historia_m_m_marcados.pdf. Acesso em 17/02/2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DIETRICH, Ana Maria. "Memória dos algozes na Contemporaneidade" In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo: ANPUH/SP, 2008. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Ana%20Maria%20Dietrich.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor. **Luta, Substantivo Feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. Disponível em: http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/luta_substantivo.pdf. Acesso em 17/02/2017.

NÚCLEO de Preservação da Memória Política. **Comissão da Verdade. Por quê? O que é? O que temos que fazer?** São Paulo: NPMP, 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/cartilha.pdf>. Acesso em 17/02/2017.

PORTAL Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em 17/02/2017.

PORTAL Comissão Nacional da Verdade. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/> Acesso em 17/02/2017.

SOUZA, A., Democracias, representação e participação na Gestão Educacional. **Direitos Humanos na Educação Superior, subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia.** Lucia de Fátima Guerra Ferreira et. al. (org.). João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

Módulo V - Direitos Humanos e as Diversidades na Escola

- Igualdade, diferença e diversidade: elementos referenciais de uma prática docente em Direitos Humanos.
- Dinâmica escolar: respeito e valorização das diferenças e combate ao preconceito e à discriminação com base na raça/etnia, relações de gênero, religião, política ou opinião, origem nacional, condições físicas ou mentais, e outras.
- Escola, participação e emancipação social: Escola como tempo e espaço de realização de Direitos Humanos e de promoção e valorização da diversidade.

Bibliografia

DINIS, Nilson Fernandes. “Educação, relações de gênero e diversidade sexual.” In: **Educação & Sociedade.** Campinas: CEDES, vol. 27, n. 95, 2008, p. 477-492. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/108>. Acesso em: 20/02/2017.

FLEURI, Reinaldo Matias. “Racismo e discriminação.” In: **Educação & Sociedade.** Campinas: CEDES, vol. 27, n. 95, 2006, p. 497-499. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/119>. Acesso em 20/02/2017.

MARTINS, Ana Carolina Hyer de Faria da Silva; OLIVEIRA, Luciana de Barros. “Diversidade na Escola, Possibilidades e Limitações – reflexões sobre igualdade e diferença no contexto educativo contemporâneo.” In: **Anais do IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: didática e avaliação.** Rio de Janeiro: Realize, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/resumo.php?idtrabalho=520>. Acesso em: 20/02/2017.

OLIVEIRA, Ilze Arduini de Araújo; SILVA, Eliete Antônia. “Estigmatizados: de que forma o professor aborda o preconceito no âmbito escolar.” In: **V Simpósio Internacional: O Estado e**

as Políticas Educacionais no Tempo Presente; Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

PUPO, Kátia. “Questão de gênero na escola.” In: **Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. São Paulo: USP-SP, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20_pupo.pdf. Acesso em: 20/02/2017.

SILVA, Eliete Antônia. **Entre lutas, normas e preconceitos: pessoas com deficiência e os (des)caminhos da inclusão social - Uberlândia - 2000 à 2010**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/3173>. Acesso em: 20/02/2017.

VALE, Juseano Lopes. **Pluralidade cultural no contexto escolar**. Monografia apresentada ao Programa de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba: Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014, p. 23 e 24.

ZEFERINO, Joycimar Lemos Barcellos. “Diversidade Religiosa e Cotidiano Escolar: nuances desta relação na percepção dos professores.” In: **Anais do IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: didática e avaliação**. Rio de Janeiro: Realize, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/resumo.php?idtrabalho=618>. Acesso em: 20/02/2017.

Módulo VI - Educação em Direitos Humanos e a violência no Campo

- Violência no Campo: Entender os elementos referenciais da Violência no Campo e sua relação com os Direitos Humanos, considerando as populações menos favorecidas das zonas rurais.
- Diversidade Religiosa: combate ao preconceito embutido na diversidade religiosa, protegendo as minorias e pregando a liberdade de crença e prática religiosa e livre-escolha da mesma.
- Ética e Escola: Escola como tempo e espaço de realização de Direitos Humanos e de promoção de valores éticos aos alunos espelhando na visão utilitarista de formar cidadãos plenos.

Bibliografia

CURY, Carlos Roberto Jamil. “Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente”. **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd, 2004, p. 183-213.

NASCIMENTO, V.E.S.; SAES, M.S.M.; ZYLBERSZTAJN, D. “Direitos de propriedade, investimentos e conflitos de terra no Brasil: uma análise da experiência paranaense”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.48, n.3. Brasília: Editora Átomo, 2010, p. 705-748.

ZIMERMAN, Artur. “Terra e conflitos na América Latina redemocratizada”. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**. João Pessoa: UFPB, 2016, p.152-188. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000300010. Acesso

em: 22/02/2017.

Módulo VII - Educação em Direitos Humanos e Democracia

- Cidadania e democracia: A formação da ideia de democracia e suas afinidades com princípios fundamentais da cidadania moderna. A conquista de direitos e a tipologia clássica de Thomas Marshall sobre direitos civis, políticos e sociais. A formação do conceito de cidadania no Brasil e as dificuldades históricas existentes. O legado da escravidão, a precocidade do direito social e os limites do Estado Democrático de Direito no Brasil.
- A pessoa idosa como agente ativo de direitos: O idoso como ente portador de direitos: a proteção integral ao idoso e sua inclusão social. O fundamento da solidariedade intergeracional. Formulação e implementação do Estatuto do Idoso: avanços e contradições.
- Ensino não formal e Educação em Direitos Humanos – o ensino não formal como horizontal e democrático e por isso alinhado às práticas de Educação em Direitos Humanos.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia. “Texto para Discussão 1840”. In: **Estatuto do idoso: avanços com contradições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1840.pdf. Acesso em: 22/02/2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. “A nova cidadania.” **Revista de Cultura e Política**, n. 28-29. São Paulo: Lua Nova, 1993, p. 85-106.

CRUZ, Ramiro; LEITE, Gisele. “A terceira idade e a cidadania com dignidade: reflexões sobre o estatuto do idoso”. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, vol. 4, n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 9-25.

FERNANDES, Guilherme Antonio de Almeida Lopes. **Direito à Cidadania: Um estudo sobre os imigrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires e as principais leis migratórias do Brasil e da Argentina**. São Paulo: Academia, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/13249993/Direito_%C3%A0_cidadania_um_estudo_sobre_os_imigrantes_bolivianos_em_S%C3%A3o_Paulo_e_Buenos_Aires_e_as_principais_leis_migrat%C3%B3rias_do_Brasil_e_da_Argentina. Acesso em: 23/03/2017.

GADOTTI, Moacir. “A questão da educação formal/não-formal”. **Right to Education: Solution to all problems or problem without solution?** Suíça: International Institute for the Rights of the Child, 2005, p. 1-11. Disponível em: http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso em: 22/02/2017.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. Investigar em Educação. In: **Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da**

Educação: Educação não formal e aprendizagens informais. Portugal: SPCE, n. 1, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4/4>. Acesso em: 22/02/2017.

MARSHALL, T. H. "Cidadania e Classe Social". **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 57-114.

MOURA, Aline Beltrame. "O discurso da cidadania em Marshall: a influência do modelo clássico na teoria jurídica moderna." **Jurisvox**. Patos de Minas: UNIPAM, vol. 10, n. 10, 2010, p. 22-34.

Módulo VIII - Educação em Direitos Humanos e prática docente: identidade, currículo e inclusão escolar

- Currículo: reflexões sobre como a temática dos Direitos Humanos são (ou podem ser) desenvolvidas em propostas curriculares, considerando questões referentes aos livros didáticos e os saberes docentes.
- Inclusão Escolar: retrospectiva histórica do processo de Inclusão Escolar no Brasil e diagnóstico do que foi feito e o que ainda necessita ser desenvolvido na educação brasileira para se garantir o direito dos cidadãos com Necessidades Educacionais Especiais.
- Identidade docente: reflexões quanto à formação e a prática docente no ambiente escolar e quanto à produção de conhecimentos e também a interação social em prol dos Direitos Humanos.

Bibliografia

CANDAU, Vera Maria. **Educação e Direitos Humanos, Currículo e Estratégias Pedagógicas**. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_6_vera_candau_edh.pdf. Acesso em: 23/02/2017.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia e SANTOS, Wederson Rufino dos. "Deficiência, Direitos Humanos e Justiça." In: **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo: Conectas Direitos Humanos. vol. 6, n. 11, 2009, p. 65-77. Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/sur/educacao/11/1000106-deficiencia-direitos-humanos-e-justica>. Acesso em: 23/02/2017.

RODRIGUES, Cinthia. "Os Direitos Humanos nas escolas: Tema deve estar presente nas escolas desde o Ensino Fundamental como pauta de projetos e de conduta." **Revista Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, 2015. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/os-direitos-humanos-nas-escolas/>. Acesso em: 23/02/2017.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira e MARIN, Alda Junqueira. "Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares." **Educação & Sociedade**, vol. 25, n. 89. Campinas: CEDES, 2004, p. 1203-1225. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/129>. Acesso em: 23/02/2017.

Módulo IX - Educação em Direitos Humanos e História Pública

- História pública: a importância da construção colaborativa e do compartilhamento público do conhecimento histórico para a transformação social.
- Movimento negro e indígena: os desafios e as reivindicações contemporâneas dos movimentos sociais e sua relação com os Direitos Humanos.
- A importância da Educação em Direitos Humanos na formação de professores e no ambiente escolar; formação inicial e continuada.

Bibliografia

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ATHIAS, Renato. **Diversidade étnica, direitos indígenas e políticas públicas**. Pernambuco: UFPE, 2005. Disponível em: https://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes_4.pdf. Acesso em: 23/02/2017.

BRANDT, Lilian. **As dez mentiras mais contadas sobre os indígenas**. Site Pragmatismo Político, 2014. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/12/mentiras-indios-indigenas-brasil.html>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL, Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros (Organizadores) Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2013.

COMISSÃO Nacional da Verdade, **Violação dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas**. Volume III. Cadernos Temáticos. Brasília, CNV, 2014.

SANTHIAGO, Ricardo. "Palavras no tempo e no espaço: A gravação e o texto de história oral." ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença. Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p. 73 -102.

TESSITORE, Viviane. "Arquivos e centros de documentação: Um perfil." ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ZAHAVI, Gerald. "Ensinando história pública no século XXI." ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Módulo X - Educação em Direitos Humanos e Desigualdade Social

- Discussão e definições sobre o conceito de desigualdade social, contextualizando-o na realidade brasileira a partir de suas múltiplas dimensões.
- Reflexões sobre a alteridade, o diferente, problematizando a visão etnocêntrica que percorre o mundo ocidental.
- Compreensão sobre as relações contemporâneas entre juventude e movimentos sociais.

Bibliografia

ALONSO, Angela. “Novo, mas nem tanto.” **Caderno Aliás**. São Paulo: Estadão, 2013. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,novo-mas-nem-tanto-imp-,1048601>. Acesso em: 23/02/2017.

BRASIL, Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 23/02/2017.

TUIÁVII, Rolim. **O Papalagui**. São Paulo: Marco Zero, 2003, p. 51-2.

Módulo XI - A educação como direito humano

- A educação como direito fundamental: Escola como tempo e espaço de realização de Direitos Humanos. O direito à educação como direito humano fundamental. Desafios e dilemas para a aplicação do direito à educação no Brasil contemporâneo. Educação básica e ensino superior.
- Gênero e LGBT – discussões sobre a história, avanços e conquistas do movimento feminista. LGBT no Brasil: ênfase às populações vulneráveis, transgêneros.
- Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nos direitos humanos. Como a educação em direitos humanos deve se servir de métodos e teorias inter, multi e transdisciplinares para atingir seu público.

Bibliografia

COMUNICAÇÃO em Sexualidade. “Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual.” In: **Escola sem Homofobia**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 23/02/2017.

DI PIERRO, Maria Clara. **O direito à educação no Brasil: estrutura e legislação de ensino**. 2012. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1142>. Acesso em: 23/02/2017.

TAVARES, Celma. “Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar.” **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-**

metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007, p. 487-503. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>. Acesso em: 23/02/2017.

XIMENES, Salomão Barros. "Direito à educação e sistemas privados de ensino nas redes públicas: hipóteses para análise jurídica." In: **Educação: teoria e prática**. Rio Claro: UNESP, vol. 25, n. 50 2015, p. 576-592. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/10056/7335>. Acesso em: 23/02/2017.

Módulo XII - Direitos Humanos e Materiais Didáticos

- Experiências de aprendizagem oferecidas na escola: reprodução ou emancipação?
- Estruturando aulas. Atividades artístico-culturais: teatro, música, poesia, dança, passeios dirigidos e outras manifestações. Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos.
- Abordagens lúdico-pedagógicas dos Direitos Humanos: seleção de atividades, organização dos espaços e tempos, apropriação de recursos e materiais didáticos e articulação com outras instituições e equipamentos socioculturais da cidade.

Bibliografia

BRASIL, Presidência da República, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18403>. Acesso em: 23/02/2017.

FISCHMANN, Roseli. "Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz." **Paidéia**. São Paulo: USP, vol. 11, n. 20, 2001, p. 67-77. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paideia/issue/view/3820>. Acesso em: 23/02/2017.

Módulo XIII - Plano de Ação Educacional e Avaliação

- Elaboração de proposta de projeto de TCC em Educação e Direitos Humanos
- Orientação dos elementos do TCC.
- Discussão de possibilidades de aplicação no ambiente escolar/ profissional.
- Elaboração do TCC.
- Apresentação pública do TCC.

Bibliografia

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH**. Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de normas técnicas. **Normas da ABNT**. Disponível em: <http://www.tccmonografiaseartigos.com.br/regras-normas-formatacao-tcc-monografias-artigos->

abnt. Acesso em: 23/02/2017.

Anexo 2 - Equipe atual

Nome	Função	Titulação
Ana Maria Dietrich	Coordenadora	Pós-Doutorado
Ana Lucia Gasparotto	Professora pesquisadora	Doutorado
Artur Zimerman	Professor pesquisador	Pós-Doutorado
Gilberto Marcos Antonio Rodrigues	Professor pesquisador	Pós-Doutorado
Ivan Filipe Almeida	Professor pesquisador	Doutorado
José Blanes Sala	Professor pesquisador	Doutorado
Renato Rodrigues Knouchi	Professor pesquisador	Pós-Doutorado
Ricardo Santhiago Correa	Professor pesquisador	Pós-Doutorado
Salomão Barros Ximenes	Professor pesquisador	Doutorado
Silmar Leila dos Santos	Professora pesquisadora	Doutorado
Wilson Mesquita de Almeida	Professor pesquisador	Doutorado
Victoria Alejandra Salazar Herrera	Supervisora da tutoria	Doutorado
Nathália Vaccani Corrêa dos Santos	Auxiliar administrativa	Graduação
Jéssica Rodrigues de Souza	Estagiária	Graduação em andamento
Maria Aparecida Aquino	Professora convidada	Doutorado
Roseli Fischmann	Professora convidada	Doutorado
Luis Alberto Peluso	Professor convidado	Pós-Doutorado